

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.354 - RS (2019/0198221-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE** : **ARROZEIRA PELOTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS**  
LTDA  
**ADVOGADOS** : **JOÃO JOAQUIM MARTINELLI** - RS045071A  
**LUIZ EDUARDO COSTA LUCAS** - DF034694  
**EMBARGADO** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pela ARROZEIRA PELOTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. contra decisão de minha lavra (e-STJ fls. 300/301), em que determinei o sobrestamento do julgamento do recurso especial, por entender que a matéria nele versada teria relação com o Tema 801 da Repercussão Geral do STF (RE 816.830/SC – constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001).

A parte embargante aponta a existência de erro material na decisão, alegando que "a presente demanda não se iguala ao Tema 801 do STF [....]. Na realidade, a presente medida judicial pretende que a embargada se abstenha de efetuar a cobrança da Contribuição ao SENAR, instituída pelo art. 1º da Lei 8.315/91, e se abstenha de exigir que a impetrante recolha a mesma, face à manifesta ilegalidade e inconstitucionalidade do dever de retenção pelo adquirente, conforme preceitua o art. 150, § 7º da CF/88 e os arts. 97, III e 128, ambos do CTN" (e-STJ fl. 306).

Os embargos não foram impugnados (e-STJ fl. 324).

Passo a decidir.

Os embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

Na hipótese dos autos, nos termos em que alega a parte embargante, há o apontado erro material, uma vez que a questão em debate não se enquadra na hipótese do Tema 801 do STF.

Por essa razão, reconsidero a decisão de e-STJ fls. 300/301, tornando-a sem efeito, de modo que reexaminou o inconformismo.

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 220):

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SENAR. ADQUIRENTE DA PRODUÇÃO RURAL. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

1. A impetrante não está obrigada à retenção e subsequente recolhimento da contribuição destinada ao SENAR, por ocasião da aquisição de produção rural de empregador rural pessoa física.

2. Não existe previsão legal para o regime de substituição tributária, o qual foi fixado por ato normativo infralegal (art. 11, § 5º, a, do Decreto nº 566/92).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 240/243).

No recurso especial (e-STJ fls. 249/253), a FAZENDA alega que (e-STJ fls. 251/252):

o Decreto nº 566/92, em sua redação vigente, nada mais fez do que regular a previsão de substituição tributária que preexistia no art. 30, IV, da Lei nº 8.212/91.

[.....]

Dessa forma, a previsão constante do artigo 30, IV, da Lei nº 8.212/91 cabe igualmente para instituir substituição tributária à contribuição ao SENAR, verbis :

“Ora, o caput do aludido dispositivo legal já dispôs que a norma atinente à responsabilidade pelo recolhimento das contribuições não se restringe às contribuições da Seguridade Social, sendo válida sua extensão a “outras importâncias”.

Em que pese a atecnica legislativa no ponto, a expressão “outras importâncias” não se refere, obviamente, às contribuições de seguridade social mas a todas as outras demais exações (“salário educação”, contribuição ao INCRA, contribuições do Sistema “S” etc.) que são recolhidas por meio de Guia da Previdência Social, outrora arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social e hoje pela União. Entender de outra forma seria desvirtuar a mens legis, que aponta indubitavelmente no sentido de conferir a sujeição tributária passiva, em caráter substitutivo, ao agente econômico que sucede o produtor rural pessoa física na cadeia de produção e circulação.

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 265/276.

Decisão que admitiu o recurso especial consta às e-STJ fl. 279.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Feito esse esclarecimento, destaco que o presente recurso tem origem em mandado de segurança (e-STJ fls. 3/20), cuja ordem foi parcialmente concedida na origem (e-STJ fls. 152/159).

O Tribunal de origem negou provimento à apelação e à remessa necessária com apoio nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 216/219):

[...]

O SENAR foi criado pela Lei 8.315/91, dispondo que uma das suas rendas é a "contribuição mensal compulsória a ser recolhida à Previdência Social, de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado, ou a elas equiparadas", que exercessem as atividades mencionadas no inciso I do art. 3º.

O art. 3º, §3º, da Lei 8.315/91, por sua vez, estabelece: "§ 3º A arrecadação da contribuição será feita juntamente com a Previdência Social e o seu produto será posto, de imediato, à disposição do Senar, para aplicação proporcional nas diferentes Unidades da Federação, de acordo com a correspondente arrecadação, deduzida a cota necessária às despesas de caráter geral".

O §5º, alínea "a", do art. 11 do Decreto nº 566/92, incluído pelo Decreto nº 790/93, dispôs que a contribuição ao SENAR será recolhida "pelo adquirente, consignatário ou cooperativa que ficam sub-rogados, para esse fim, nas obrigações do produtor".

A contribuição ao SENAR devida pelo empregador rural pessoa física e pelo segurado especial passou a ser de 0,2%, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 6º da Lei 9.528/97, com a redação conferida pela Lei 10.256/01.

Os decretos supramencionados não se limitaram a regulamentar a Lei 8.315/91, mas sim estabeleceram a responsabilidade tributária, sob a forma de substituição, a qual deveria ser atribuída por lei.

De fato, o sujeito passivo da obrigação tributária encontra definição no art. 121 do CTN:

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei. (grifei)

O art. 128, adiante, dispõe que a lei pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa:

Art. 128. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Muitas vezes, com o único escopo de facilitar a arrecadação e a fiscalização, o legislador tributário escolhe outra pessoa, que não aquela que praticou o fato gerador, para pagar o tributo. A lei exclui o contribuinte e elege um terceiro como devedor, desde que este terceiro esteja, de alguma forma, relacionado ao fato gerador. Este terceiro substitui o devedor. É o substituto legal tributário. Na realidade, o termo substituição tributária não é adotado pelo CTN. O art. 128 do CTN apenas dispõe que a lei pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da obrigação.

Como dito, não existe previsão legal para o regime de substituição tributária, o qual foi fixado por ato normativo infralegal (art. 11, § 5º, a, do Decreto nº 566/92).

Ainda que se entenda ser simples responsabilidade de terceiro, mesmo assim - e pelos mesmos fundamentos - há necessidade de lei.

O art. 30, IV, da Lei 8.212/91, não se aplica no caso porque expressamente diz respeito à contribuição previdenciária do empregador rural pessoa física e do segurado especial que incidem sobre o resultado da comercialização da

produção rural em substituição à contribuição sobre a folha de salários.

Logo, a impetrante não está obrigada à retenção e subsequente recolhimento da contribuição destinada ao SENAR, por ocasião da aquisição de produção rural de empregador rural pessoa física.

Conforme decidiu o TRF da 4ª Região (TRF4, APELREEX 5004347-11.2012.404.7117, Segunda Turma, Relatora p/ Acórdão Luciane Amaral Corrêa Münch, juntado aos autos em 09/04/2014), 'somente a lei poderia atribuir ao adquirente da produção rural dos segurados empregadores rurais e segurados especiais a responsabilidade pela retenção da contribuição devida ao SENAR, instituindo-o na função de substituto tributário. Logo, tendo a substituição tributária da contribuição devida ao SENAR sido estabelecida por decreto regulamentador, ofende ao princípio da legalidade, insculpido no artigo 150, I da CF e ratificado pelo artigo 97, I, do CTN.

Acerca do tema - legalidade da substituição tributária quanto à contribuição ao SENAR -, o entendimento da 1ª e da 2ª Turma deste Regional.

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO SENAR. REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. DECRETO Nº 556/1992. A contribuição ao SENAR continua exigível com base no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.315/1991. O regime de substituição tributária fixado pelo artigo 11, §5º, a, do Decreto nº 566/1992 é ilegal e, por conseguinte, inconstitucional, já que ofende o princípio da legalidade. (TRF4 5012739-83.2015.4.04.7100, PRIMEIRA TURMA, Relatora MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, juntado aos autos em 24/03/2017).

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO SENAR. ADQUIRENTE DA PRODUÇÃO RURAL. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. DECRETO 566/92. ILEGALIDADE. Inexiste previsão legal para o regime de substituição tributária fixado pelo art. 11, § 5º, a, do Decreto nº 566/92, obrigando o adquirente da produção rural à retenção e ao subsequente recolhimento da contribuição destinada ao SENAR, instituída pela Lei nº 8.315/91, regulamentada pelo Decreto nº 566/92 e Lei nº 9.528/97, relativamente à operações de comercialização de produção rural por produtores rurais, sujeitas ao indigitado regime de substituição tributária. Precedentes da Corte. (TRF4 5008671- 26.2016.4.04.7110, SEGUNDA TURMA, Relator SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ, juntado aos autos em 18/09/2017).

3. Dispositivo:

Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação da União e à remessa necessária.

Pois bem.

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, a leitura do voto condutor do acórdão recorrido põe em evidência que o Tribunal de origem decidiu a questão com base em fundamentos legais e constitucionais (princípio da legalidade, insculpido no art. 150, I, da CF, e-STJ fl. 218), estes não impugnados pela FAZENDA.

Assim, a existência de fundamentação de índole constitucional no acórdão recorrido não impugnada pela via do recurso extraordinário acaba por atrair o óbice contido na Súmula 126 do STJ ("É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficientes, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário." ).

Sobre a questão:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA RECEBIDAS ACUMULADAMENTE. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. SÚMULA 126/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Verifica-se que o acórdão recorrido abriga fundamento de índole constitucional (afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da capacidade contributiva). Contudo, a recorrente não cuidou de interpor o devido Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, de modo a incidir a jurisprudência sedimentada por meio da Súmula 126 deste Tribunal.

2. Agravo Interno não provido.

(REsp 1.590.331/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 18/06/2016, DJe 12.9.2016)

A falta de impugnação de todos os fundamentos em que se apoia o acórdão recorrido tem por consequência, ainda, a incidência, por analogia, da Súmula 283 do STF – "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 3º, 113 E 128 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. MULTA DO ART. 1.026 DO CPC. APLICAÇÃO NÃO ADEQUADA NA ESPÉCIE.

[...]

III - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

V - O Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

[...]

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.714.321/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 1º/06/2018).

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FIDEICOMISSO. PENHORA DE BENS DO FIDUCIÁRIO. PROPRIEDADE RESOLÚVEL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexiste contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973 quando a Corte local

decide fundamentadamente todas as questões postas a seu exame. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com ausência de prestação jurisdicional.

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou a orientação no sentido de que, por analogia, o objeto de alienação fiduciária, pertencente à esfera patrimonial de outrem, não pode ser alvo de penhora no processo de execução fiscal, porquanto o domínio da coisa não pertence ao executado, mas a um terceiro, a quem não se pode atingir. No caso, o fiduciário estará na guarda e propriedade resolúvel quando não ocorra a condição resolutória, manifestação de vontade do fideicomitente (o testador). Precedente.

3. O extinto Tribunal Federal de Recursos editou a Súmula 242, que preceitua: "O bem alienado fiduciariamente não pode ser objeto de penhora nas execuções ajuizadas contra o devedor fiduciário".

4. Por outro lado, a Corte de origem proclamou o entendimento de que, tratando-se de constrição dos direitos do devedor fiduciante, é imprescindível a anuência do credor fiduciário. Tal fundamento não foi impugnado pela recorrente nas razões do apelo especial, o que, por si só, mantém incólume o acórdão combatido. Incide no ponto a Súmula 283 do STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.505.398/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018).

Vale acrescentar, ainda, que também não é possível conhecer do recurso especial quando o artigo de lei apontado como violado nas razões do apelo não contém comando normativo capaz de infirmar o fundamento do acórdão atacado, o que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula 284 do STF – "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

#### Sobre a questão:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. [...] DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. [...] AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF [...]

II - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal [...]

VIII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.656.968/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 16/06/2017).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA, NO TOCANTE À EXIGÊNCIA DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS, EM OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIA, EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO, POR PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONCRETAGEM. HIPÓTESE EM QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM CONCLUIU QUE A PARTE AUTORA NÃO PRODUZIU PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL HOUVE ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS

ARTS. 2º, 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR 87/96, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO [...]

III. In casu, o fundamento em que se assenta o acórdão do Tribunal de origem - consubstanciado na falta de produção de prova, pela parte autora, da existência de contrato de construção civil ou de prestação de serviço de concretagem em andamento - não restou impugnado, suficientemente, nas razões do Recurso Especial, eis que a parte autora, ora agravante, em vez de indicar eventual contrariedade ao dispositivo de lei federal pertinente ao ônus da prova, optou por indicar, como supostamente contrariados, tão somente as disposições de direito tributário, previstas na Lei Complementar 87/96, que não possuem comando normativo apto para infirmar o aludido fundamento do acórdão recorrido. Nesse contexto, incidem, na espécie, por analogia, as Súmulas 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles") e 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia") [...]

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.225.128/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 15/05/2018).

Assim, a pretensão da FAZENDA não prospera.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 300/301, tornando-a sem efeito, e, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator